

Comércio

PMS / FMLF	
BIBLIOTECA	
Jornal:	
A Tarde	
Data:	
19/10/09	
Caderno:	Página:
Salvador	43
Seção:	
Assunto:	
Baixa	

INFRAESTRUTURA Construções abrigam dezenas de pessoas e moradores dizem que não têm para onde ir

Casarões em áreas da Cidade Baixa podem desabar

SIDNEI MATOS

A proposta de que todo o bairro do Comércio seja tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) deve ser apresentada hoje em Brasília. Lá, um dos pontos a serem levados ao Conselho Consultivo do Patrimônio Nacional será a situação do casario eclético localizado ao longo da encosta que divide a Cidade Alta e Cidade Baixa, uma área do Comércio onde o projeto de revitalização da prefeitura parece não querer chegar. Ali, o medo dos moradores é que estes imóveis caíam a qualquer momento, apreensão que aumentou com a chuva do último domingo.

Na Rua do Julião, uma das localizadas neste trecho, um passeio se revela desolador. Somente no casarão de número 53, onde todos os andares desabaram por causa das chuvas de maio, vivem 13 famí-

lias. Juntas num só galpão, elas se amontoam, unidas no risco de serem as próximas vítimas de desabamentos na cidade. “Esta madrugada começou a cair pedaços da parede por causa do temporal de sábado e domingo. Quando a chuva vem, a gente dorme embaixo das marquises, porque em casa não tem mais teto, alaga tudo”, relembra dona Maria de Lourdes, 59 anos, há 46 ocupante do imóvel. Sobre o desabamento dos pavimentos, ela conta que tiveram sorte por não estarem no local no momento.

13

famílias vivem somente em um dos velhos casarões na Rua do Julião. Dentre os moradores há várias crianças

Morador vizinho e uma espécie de líder comunitário do local, o borracheiro Onássis Brito da Trindade demonstra apreensão com a rachadura que surgiu na fachada de mais ou menos três metros de uma das casas. Situado no alto da encosta, o imóvel ameaça cair a qualquer momento, podendo soterrar a casa vizinha, onde vive o soldador Nelton Barreto. “A maioria aqui não tem onde ficar. Tem que correr o risco”, desabafou ele.

Riscos

A situação é crítica ao longo de toda a área da encarpa, que, além do Julião, abrange as ruas do Guindaste dos Padres, Conselheiro Lafayette, Corpo Santo, Visconde do Rosário até as proximidades do Pilar. São lugares onde as casas estão com insalubres e com infraestruturas deterioradas. Sem uma rápida intervenção dos órgãos públicos, desabamentos são inevitáveis.



Patrícia dos Santos: tuberculose e vida em escombros

Prefeitura e moradores não encontram um consenso

Em conversa com o vice-prefeito de Salvador, Edvaldo Brito, designado por João Henriques, que para cuidar das questões ligadas à revitalização do Comércio, ele afirmou que somente três famílias corriam risco naquela parte do Comércio. De acordo com Brito, mesmo após determinação da Justiça, estas famílias se negaram a sair das casas, o que, segundo ele, inviabilizou a liberação da ajuda de custo para que pudessem pagar um aluguel, conforme uma exigência judicial.

Uma decisão, dada pela 6ª Vara da Fazenda Pública, acata a ação cautelar proposta pela prefeitura que pede a desocupação dos casarões. Na decisão, a Justiça determina que os moradores sejam contemplados com unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida, além de, no processo de desocupação, terem que receber um auxílio-moradia no valor de R\$150 durante três meses, prorrogáveis por mais três, o que, de acordo com os moradores, não vem acontecendo.

Doenças

“Tem mais de dois meses que eles vieram aqui e me cadatraram. Até hoje não me deram nada. Se dependesse deles, já tinha morrido, porque as casas estão todas caindo com a gente dentro”, desabafou a moradora Patrícia dos Santos, 26 anos, visivelmente degradada por uma tuberculose, segundo ela, adquirida dentro do casarão.

Todas as edificações nesta região são datadas do início do século XX. Pelo alto grau de insalubridade, tornaram-se também foco certo de doenças, como tuberculose, leishmaniose e escabiose.

Município, Estado e Iphan têm deveres para com a área

Superintendente do Iphan-BA, Carlos Antônio Amorim explica que todo o Centro Histórico forma os chamados poligonais de tombamento, que devem estar sob tripla proteção: da prefeitura, do Estado e do Iphan. Por outro lado, lembra que, sendo aqueles casarões propriedades privadas, cabe a seus verdadeiros donos responderem pela manutenção. “Agora, se eles foram ocupados indevidamente, o poder público deve desocupá-los”, explica, lembrando que o Iphan faz sempre vistorias, mas não pode retirar pessoas das casas.

Para Marcos Cidreira, coordenador do Escritório de Revitalização do Comércio (ERC), ligado à prefeitura, o grande entrave para a recuperação dos casarões é que eles têm dívidas com o poder público. Ele conta que a partir da década de 1980, com a criação do

podem desabar

SIDNEI MATOS

A proposta de que todo o bairro do Comércio seja tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) deve ser apresentada hoje em Brasília. Lá, um dos pontos a serem levados ao Conselho Consultivo do Patrimônio Nacional será a situação do casario eclético localizado ao longo da encosta que divide a Cidade Alta e Cidade Baixa, uma área do Comércio onde o projeto de revitalização da prefeitura parece não querer chegar. Ali, o medo dos moradores é que estes imóveis caiam a qualquer momento, apreensão que aumentou com a chuva do último domingo.

Na Rua do Julião, uma das localizadas neste trecho, um passeio se revela desolador. Somente no casarão de número 53, onde todos os andares desabaram por causa das chuvas de maio, vivem 13 famí-

lias. Juntas num só galpão, elas se amontoam, unidas no risco de serem as próximas vítimas de desabamentos na cidade. "Esta madrugada começou a cair pedaços da parede por causa do temporal de sábado e domingo. Quando a chuva vem, a gente dorme embaixo das marquises, porque em casa não tem mais teto, alaga tudo", relembra dona Maria de Lourdes, 59 anos, há 46 ocupante do imóvel. Sobre o desabamento dos pavimentos, ela conta que tiveram sorte por não estarem no local no momento.

13

famílias vivem somente em um dos velhos casarões na Rua do Julião. Dentre os moradores há várias crianças

Morador vizinho e uma espécie de líder comunitário do local, o borracheiro Onássis Brito da Trindade demonstra apreensão com a rachadura que surgiu na fachada de mais ou menos três metros de uma das casas. Situado no alto da encosta, o imóvel ameaça cair a qualquer momento, podendo soterrar a casa vizinha, onde vive o soldador Nelton Barreto. "A maioria aqui não tem onde ficar. Tem que correr o risco", desabafou ele.

Riscos

A situação é crítica ao longo de toda a área da escarpa, que, além do Julião, abrange as ruas do Guindaste dos Padres, Conselheiro Lafayette, Corpo Santo, Visconde do Rosário até as proximidades do Pilar. São lugares onde as casas estão com insalubres e com infraestruturas deterioradas. Sem uma rápida intervenção dos órgãos públicos, desabamentos são inevitáveis.



Patrícia dos Santos: tuberculose e vida em escombros

Em conversa com o vice-prefeito de Salvador, Edvaldo Brito, designado por João Henriques para cuidar das questões ligadas à revitalização do Comércio, ele afirmou que somente três famílias corriam risco naquela parte do Comércio. De acordo com Brito, mesmo após determinação da Justiça, estas famílias se negaram a sair das casas, o que, segundo ele, inviabilizou a liberação da ajuda de custo para que pudessem pagar um aluguel, conforme uma exigência judicial.

Uma decisão, dada pela 6ª Vara da Fazenda Pública, acatação cautelar proposta pela prefeitura que pede a desocupação dos casarões. Na decisão, a Justiça determina que os moradores sejam contemplados com unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida, além de, no processo de desocupação, terem que receber um auxílio-moradia no valor de R\$150 durante três meses, prorrogáveis por mais três, o que, de acordo com os moradores, não vem acontecendo.

Doenças

"Tem mais de dois meses que eles vieram aqui e me cadastraram. Até hoje não me deram nada. Se dependesse deles, já tinha morrido, porque as casas estão todas caindo com a gente dentro", desabafou a moradora Patrícia dos Santos, 26 anos, visivelmente degradada por uma tuberculose, segundo ela, adquirida dentro do casarão.

Todas as edificações nesta região são datadas do início do século XX. Pelo alto grau de insalubridade, tornaram-se também foco certo de doenças, como tuberculose, leishmaniose e escabiose.

Município, Estado e Iphan têm deveres para com a área

Superintendente do Iphan-BA, Carlos Antônio Amorim explica que todo o Centro Histórico forma os chamados poligonais de tombamento, que devem estar sob tripla proteção: da prefeitura, do Estado e do Iphan. Por outro lado, lembra que, sendo aqueles casarões propriedades privadas, cabe a seus verdadeiros donos responderem pela manutenção. "Agora, se eles foram ocupados indevidamente, o poder público deve desocupá-los", explica, lembrando que o Iphan faz sempre vistorias, mas não pode retirar pessoas das casas.

Para Marcos Cidreira, coordenador do Escritório de Revitalização do Comércio (ERC), ligado à prefeitura, o grande entrave para a recuperação dos casarões é que eles têm dívidas com o poder público. Ele conta que a partir da década de 1980, com a decadência do Comércio como centro econômico de Salvador, os casarões foram abandonados pelos antigos donos.

"Com a revalorização do bairro e a especulação imobiliária, muitos desses donos estão reivindicando a propriedade de um imóvel que, hoje, varia de R\$ 300 mil a R\$ 500 mil", afirma.